



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS**



**ESTRUTURA E CONTEÚDO DOS VOLUMES 4 E 5 DO PNRH:
DIRETRIZES, METAS E PROGRAMAS**

Minuta para discussão

Outubro/2005

ESTRUTURA E CONTEÚDO DOS VOLUMES 4 E 5 DO PNRH: DIRETRIZES, METAS E PROGRAMAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO.....	1
2. ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES, METAS E PROGRAMAS.....	2
4. PROPOSTA DE ESTRUTURA E CONTEÚDO DO VOLUME 5: PROGRAMAS.....	7
5. REFERÊNCIAS.....	10

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

O documento “Definição dos Limites de Abrangência do Escopo do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, apreciado e debatido pela Câmara Técnica do PNRH em julho de 2005, se constitui em elemento basilar para a concepção de todos os volumes que deverão integrar o Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. Esse documento de referência, os Cadernos Setoriais, os Cadernos Regionais, bem como o conteúdo desenvolvido no âmbito do Volume 1, Panorama Nacional dos Recursos Hídricos e do Volume 2, Estado dos Recursos Hídricos do Brasil, esse último consolidando uma análise diagnóstica, apontam e permitem balizar uma proposta inicial do conjunto de diretrizes e metas, assim como os programas de investimento a elas associados.

Esse balizamento para a definição de diretrizes, metas e programas, provido pela análise diagnóstica dos volumes iniciais do PNRH, é complementado pela análise prospectiva, consolidada no 3º volume do Plano, “Águas para o Futuro: uma Visão para 2020”. Essa análise, realizada com o auxílio metodológico da prospectiva exploratória, segundo Porto *et all.* (2001), permite explicitar um conjunto de cenários futuros plausíveis, que são jogos coerentes de hipóteses que oferecem visões plurais de futuro para iluminar as decisões no presente. Portanto, a análise diagnóstica oferece parte dos elementos necessários para a análise prospectiva, que permitirá, por meio da explicitação dos cenários, estabelecer estratégias, consolidadas na forma de diretrizes, metas e programas do PNRH.

Uma vez explicitados os cenários plausíveis, dois caminhos poderão ser adotados: a definição de uma estratégia robusta ou a adoção de um cenário referencial para o planejamento. No caso de optar-se por um cenário referencial corre-se o risco do mesmo não se concretizar no horizonte de planejamento e, dessa maneira, as estratégias se configurarem inócuas para a realidade que se estabelecer. No caso da estratégia robusta, diferentemente da busca por um referencial, verificam-se quais aspectos são comuns ao conjunto dos cenários e, a partir dessa verificação, definem-se as estratégias (diretrizes, metas e programas) tendo-se em conta essas similaridades entre os cenários.

Vale ressaltar, ainda, que a dinâmica regional estabelecida no processo do PNRH, a partir das discussões envolvendo as Comissões Executivas Regionais, bem como os resultados dos Encontros Públicos Estaduais, deverão, também, trazer subsídios visando enriquecer as análises para o estabelecimento dos últimos dois volumes do PNRH.

Nesse contexto, o presente documento contempla uma proposta inicial, para discussão na Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, dos itens que deverão compor o Volume 4, Diretrizes e Metas, bem como o Volume 5 – Programas do PNRH.

2. ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES, METAS E PROGRAMAS

No sentido de nortear a definição das diretrizes, metas e programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos é importante destacar a requerida interação entre o Plano Nacional e outros instrumentos de planejamento, sejam regionais, estaduais, de setores usuários e de bacias hidrográficas, valendo sublinhar o **caráter dinâmico** conferido ao seu processo de construção e implementação.

Em razão desse caráter dinâmico, destaca-se a dimensão temporal incorporada na concepção do PNRH, na qual a abordagem estratégica se caracteriza pela continuidade e permanência, destacando a visão de **processo** internalizada no desenvolvimento do Plano Nacional.

É importante resgatar o seguinte texto, que aborda a concepção metodológica adotada para o PNRH, extraído do referido documento de referência “Definição dos Limites de Abrangência do Escopo do Plano Nacional de Recursos Hídricos”.

“Em sua elaboração, o PNRH deverá abranger quatro (4) níveis de análise, a saber:

- *as 56 unidades de planejamento;*
- *a Divisão Hidrográfica Nacional, consubstanciada em 12 Regiões Hidrográficas, instituídas pela Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003 do CNRH, com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o PNRH. No contexto da Divisão proposta, considera-se como região hidrográfica o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas, com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares;*
- *a consolidação para todo o País, e;*
- *as Situações Especiais de Planejamento, representando espaços territoriais cujas peculiaridades, sejam do meio natural ou do processo de uso e ocupação, conduzem a um outro recorte, cujos limites não necessariamente coincidem com o de uma bacia hidrográfica.*

..... Nesse contexto, as diretrizes, metas e programas do PNRH decorrerão de duas vertentes de análise, que se inter-relacionam, quais sejam:

• **Vertente Nacional**

Nessa vertente, serão organizados os temas e questões estratégicas, de abrangência nacional, voltados para efetivar a gestão integrada dos recursos hídricos, decorrentes das seguintes linhas de abordagem:

Uma linha vertical que incorpora a análise das variáveis resultantes da interação do âmbito regional para todo o País, conforme os níveis anteriormente apresentados, na qual serão destacados os temas e questões regionais de importância nacional (grifo nosso). Ressalta-se que tais temas e questões regionais estarão organizados de forma a explicitar a problemática da água e a sua inter-relação com o processo de ocupação

regional e a conseqüente pressão sobre os biomas e ecossistemas. Daí resultarão diretrizes gerais, metas e programas voltados para: a instrução de ações de âmbito do governo federal, visando à articulação dos órgãos e entidades da União com aqueles das Unidades da Federação, tendo em vista a gestão compartilhada e cooperada das águas de interesse comum; a articulação entre as entidades colegiadas do SINGREH; a articulação e complementaridade entre o Plano Nacional, os Planos Estaduais e os Planos de bacia, tendo em vista a divisão de encargos e responsabilidades.

Uma linha horizontal que agrega a análise de temas e questões de pertinência nacional, voltados para o estabelecimento de diretrizes gerais, metas e programas relacionados: à inserção global e macrorregional do Brasil, próprias às articulações com outros países; à Política Nacional de Recursos Hídricos no Quadro Administrativo Brasileiro; à articulação da política de recursos hídricos com outras políticas públicas tais como a de desenvolvimento regional, meio ambiente, saúde, ciência e tecnologia, segurança alimentar e nutricional, uso e ocupação do solo e suas interfaces com o planejamento municipal, especialmente no que tange à questão da drenagem urbana e das inundações; à articulação com setores intervenientes, notadamente quando usuários das águas como o setor de energia, saneamento, mineração, irrigação, indústria e outros.

Uma linha transversal de análise que forneça elementos voltados para a incorporação efetiva dos municípios ao processo de gestão das águas, em vista da necessidade de articular o planejamento municipal (Planos Diretores, ordenamento do uso e ocupação do solo, zoneamento ambiental) com o planejamento de recursos hídricos.

- ***Vertente Regional***

Os temas e questões de caráter estritamente regionais ou locais farão parte do estabelecimento da Visão Regional dos Recursos Hídricos nas 12 Regiões Hidrográficas Brasileiras, após análise e agregação advinda das 56 unidades de planejamento.

Essa Visão Regional conterà o estabelecimento de diretrizes e prioridades regionais, assim como a inserção macrorregional da região estudada, em vista das possíveis articulações com regiões vizinhas.

Nessa vertente de análise, os temas e questões aqui contemplados servirão de subsídio para o desenvolvimento futuro de Planos de Recursos Hídricos de Bacias hidrográficas e de Planos Estaduais de Recursos Hídricos.

A inter-relação dessas três vertentes favorecerá a formação de pactos e a divisão de responsabilidades para a solução de questões locais, regionais, estaduais e nacionais. Ademais, essas três vertentes de análise afluem para a consolidação de propostas voltadas para a adoção de medidas visando aperfeiçoar a prática da gestão integrada dos recursos hídricos no País, tendo como base as experiências acumuladas até o momento com a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na esfera federal e das Unidades Federadas, seja por intermédio dos fatores geradores de avanço e sucesso, seja por meio dos desafios e dificuldades a serem vencidos.

O procedimento analítico apresentado para a formulação do PNRH pressupõe a interação com proposições constantes dos Planos Estaduais e dos Planos de Bacia, quando existirem, considerando, ainda, as interfaces com outros planos de desenvolvimento, sempre que estes apresentarem reflexos significativos no campo dos recursos hídricos.

Para tanto, é importante sublinhar o caráter participativo e descentralizado adotado para a construção do Plano Nacional, o que pode ser constatado por sua estratégia de execução, pautada na busca da governança e da governabilidade, bem como na consolidação de uma base técnica consistente para subsidiar as discussões e o estabelecimento das propostas. Assim, além das instâncias formais do SINGREH, esse processo de discussão vem sendo consolidado com a realização de Seminários Regionais nas 12 regiões hidrográficas, Encontros Públicos Estaduais e diversas Oficinas.

Nesse contexto é importante notar que a construção participativa adotada pela SRH amplia e alarga o universo dos participantes da elaboração do Plano, além do CNRH e das respectivas Câmaras técnicas relacionadas ao tema. Dessa forma, sem abrir mão do dever do CNRH de aprovar e legitimar o Plano, em todas as suas etapas de desenvolvimento, esse procedimento visa sinalizar para o CNRH sobre a capilaridade das ações delineadas, imprimir maior legitimidade e compromissos com a implementação do Plano, assim como dar consequência às orientações por ele apontadas e estabelecidas.

Para subsidiar essa sistemática de discussões, foram criadas Comissões Executivas Regionais nas 12 Regiões Hidrográficas, cuja composição inclui representantes dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, dos segmentos de usuários, das organizações da sociedade civil e da União, por intermédio das entidades ou órgãos representados no CNRH.”

Reforçando a importância dos documentos anteriormente produzidos, as diretrizes metas e programas resultam de uma análise integrada, que tem como “pano de fundo” os resultados dos estudos diagnósticos do PNRH, voltados para a gestão sustentável da água, acrescidos, da proposição de diretrizes aportadas nas 6 Oficinas Nacionais realizadas no processo do PNRH, nos 12 Seminários Regionais, nos Encontros Públicos Estaduais e na construção de cenários plausíveis para o horizonte 2005-2020.

Os Planos de Recursos Hídricos, como instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, deverão ser concebidos tendo como base os fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação, previstos na Lei Federal nº 9.433/97, bem como a observância do conteúdo mínimo para os Planos de Recursos Hídricos, estabelecido no art. 7º da mencionada Lei.

Sendo assim, caberá, ainda, verificar a conformidade das proposições das estratégias do Plano Nacional de Recursos Hídricos com os dispositivos legais existentes sobre a matéria¹.

¹ Objetivando uma aproximação inicial nesse sentido, foi realizado um diagnóstico dos dispositivos das Leis 9.433/97 e 9.984/00, assim como das resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, apresentado no Quadro, anexo a este documento.

3. PROPOSTA DE ESTRUTURA E CONTEÚDO DO VOLUME 4: DIRETRIZES E METAS

Realizadas as considerações anteriores, são apresentadas a seguir as propostas de estrutura e conteúdo do Volumes 4 do Plano Nacional de Recursos Hídricos

INTRODUÇÃO

O item referente à introdução contextualizará o desenvolvimento do Volume 4 – DIRETRIZES E METAS, abordando a sua inserção no âmbito do PNRH. Nesse tópico serão, ainda, sistematizados todos os outros capítulos que integram o referido Volume e respectivos conteúdos.

PREMISSAS E ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES E METAS

Esse item deverá apresentar as informações e os fundamentos utilizados para o estabelecimento das diretrizes e metas do PNRH. Tais informações se referem aos resultados dos estudos diagnósticos e às contribuições do processo do Plano à definição das estratégias, em especial aquelas advindas das oficinas, seminários regionais e encontros públicos estaduais, seja por meio da definição da hierarquização de aspectos prioritários regionais relacionados aos recursos hídricos, seja por meio da proposição direta de diretrizes. O item abordará, ainda, a forma como os cenários alternativos subsidiaram o estabelecimento das diretrizes.

Serão apresentadas, nesse tópico, as bases conceituais para a definição das diretrizes, que estão relacionadas ao contorno metodológico estabelecido para o desenvolvimento do PNRH, apresentado no documento “Definição dos Limites de Abrangência do Escopo do Plano Nacional de Recursos Hídricos”. Destaca-se, nesse contexto, a abrangência do PNRH e a identificação da divisão de encargos entre o Plano Nacional, os Planos Estaduais e os Planos de Bacia Hidrográfica. Nesse sentido, ressaltam-se, ainda, o fundamento da descentralização, que encontra abrigo no princípio da subsidiariedade; a ratificação da dominialidade pública das águas; a prioridade para o consumo humano e para a dessedentação de animais, em situações de escassez; os usos múltiplos das águas; o seu valor econômico; a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da Política; a descentralização e a participação social no processo de gestão; a utilização integrada e sustentável da água; os conceitos de integração e articulação, tanto do ponto de vista dos processos socioambientais, quanto políticos e institucionais.

UMA VISÃO DE FUTURO PARA OS RECURSOS HÍDRICOS BRASILEIROS

Esse item sistematiza a relação existente entre os cenários estabelecidos e a definição das estratégias do Plano. Os cenários explicitados são comparados e, a partir dessa comparação,

justifica-se a adoção de uma estratégia robusta, ou de um cenário referencial, como subsídio ao estabelecimento de diretrizes.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Esse item apresentará o conjunto de objetivos estratégicos do Plano, que representam **o que se pretende alcançar com a implementação do PNRH**. Esses objetivos orientam a definição das estratégias do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que se consolidam na forma de diretrizes, metas e programas. Para tanto, serão consideradas as definições estabelecidas pelos dispositivos legais, de maneira que os objetivos, bem como as estratégias a eles relacionadas estejam em consonância com o marco legal vigente relacionado à questão da água.

Nesse sentido, cabe considerar o objetivo geral do PNRH, que se configura em “*estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas, voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando ser a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social*”.

DIRETRIZES

Esse item apresentará o conjunto de diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, considerando os objetivos estratégicos a serem alcançados. Entende-se por diretriz a linha norteadora de instruções ou indicações para levar a termo um plano. No caso do PNRH as **diretrizes se configuram como as instruções que norteiam o estabelecimento das ações para se alcançar os objetivos do Plano**.

Tendo como referência os elementos utilizados para a definição de diretrizes, metas e programas do PNRH, apresentados no item 2 do presente documento foram considerados, inicialmente, 9 Componentes que estabelecem as temáticas a serem abordadas nas estratégias do Plano. Esses componentes, a maioria já apresentados no âmbito do documento de referência “Definição dos Limites de Abrangência do Escopo do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, se referem:

- à inserção global e macrorregional;
- à articulação entre os órgãos e entidades da União com aqueles das Unidades da Federação e à articulação entre as entidades colegiadas do SINGREH;
- às relações da política de recursos hídricos com outras políticas públicas correlatas;
- às relações da política de recursos hídricos com as políticas dos setores intervenientes;
- às medidas e necessidades de aperfeiçoamento na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (implementação dos instrumentos da Política e atuação dos entes do SINGREH);
- à gestão da demanda e da oferta de água;
- à gestão de conflitos;

- à gestão em áreas sujeitas à eventos hidrológicos críticos;
- expansão e consolidação do conhecimento sobre os recursos hídricos no Brasil.

AS METAS ESTABELECIDAS

As **metas são a quantificação do que se pretende realizar em um prazo estabelecido**. Articuladas às diretrizes definidas e considerando a necessidade temporal associada ao tema abordado, as metas do PNRH deverão ser estabelecidas para os horizontes temporais de 2007, 2011, 2015 e 2020, considerados como ***emergenciais, de curto, médio e longo prazos***.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse item apresentará as considerações finais sobre o estabelecimento das diretrizes e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, apontando a sua inter-relação com aspectos relevantes e desafios identificados. Deverá conter, ainda, as limitações e indicação de futuros refinamentos a serem realizados.

4. PROPOSTA DE ESTRUTURA E CONTEÚDO DO VOLUME 5: PROGRAMAS

Considerando que os **programas são as ações necessárias para a obtenção das metas**, apresenta-se, em sequência, a proposta de estrutura e conteúdo do Volume 5 do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

INTRODUÇÃO

O item referente à introdução contextualizará o desenvolvimento do Volume 5 – PROGRAMAS, abordando a sua inserção no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Nesse tópico serão, ainda, sistematizados todos os outros capítulos que integram o referido Volume e respectivos conteúdos.

PLANOS, PROGRAMAS E AÇÕES EM ANDAMENTO

Esse item pretende apresentar os planos, programas e ações, atualmente em execução, relacionados à temática da água, utilizando, como referência, o trabalho desenvolvido pela ANA (2005). Esse trabalho teve como objetivo “*diagnosticar e analisar a atuação dos programas governamentais no que se refere a sua interface com os recursos hídricos, e apontar diretrizes e indicadores para adequação das propostas de programas e projetos com vistas ao alcance do cenário almejado pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos*”.

Os resultados desse item fornecerão subsídios para orientar o debate e a consolidação final dos programas e ações propostos para o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

PROGRAMAS PROPOSTOS

Esse item abordará o conjunto de ações e programas a serem propostos no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos, ressaltando a consideração dos fundamentos da integração e da descentralização, notadamente no que tange à divisão de competências e a articulação entre o Plano Nacional, os Planos Estaduais e os Planos de Bacia Hidrográfica, bem como a observância dos requisitos de **sustentabilidade** para essas ações e programas.

Sob a ótica da **sustentabilidade**, as ações e programas inscritos no PNRH deverão contemplar requisitos operacionais (*o que fazer?*), institucionais (*quem fará?*) e de viabilidade econômico-financeira (*como financiar?*).

À luz dos objetivos estratégicos, das diretrizes e das metas estabelecidas e, a partir do conjunto de ações e programas em andamento, relacionado à temática da águas, acrescido dos resultados obtidos nas consultas regionais e na dinâmica nacional compreendida no processo de construção do PNRH, serão estabelecidas as ações e os programas do PNRH.

Os programas deverão ser ordenados segundo os horizontes de planejamento pretendidos, cabendo, ainda, a proposição de estratégias de execução específicas. Como proposta inicial, sugere-se que esses programas sejam organizados em Programas Nacionais e Programas Especiais, conforme Pereira et al (1998), citado por Tucci (2001). Entre os Programas Nacionais incluem-se aqueles associados ao cumprimento das metas de médio e longo prazos, voltados para temas e questões estratégicas de abrangência nacional. Já os Programas Especiais são os que exigem esforços urgentes, visando enfrentar: (i) questões temáticas prioritárias e; (ii) questões regionais em bacias e em áreas críticas ou ambientalmente sensíveis. Nesse sentido, os Programas Especiais podem ser subdivididos em Temáticos e Regionais.

ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

Em vista da mencionada sustentabilidade requerida para os programas propostos no PNRH, é essencial a identificação dos arranjos institucionais necessários, bem como as respectivas entidades ou órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de cada programa concebido (*quem fará?*).

Ainda em consideração à sustentabilidade, destacam-se os requisitos de viabilidade econômico-financeira para a implementação dos programas propostos no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos (*como financiar?*). Nesse sentido, cabe a identificação de parcerias e potenciais linhas de financiamento, incluindo a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a adequação às carteiras dos diversos agentes de fomento e às previsões do Plano Plurianual.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Em vista dos conceitos anteriormente apresentados, o Plano Nacional está sendo desenvolvido com uma visão de processo, objetivando subsidiar o SINGREH na construção do ciclo virtuoso do planejamento-ação-indução-controle-aperfeiçoamento. Nesse contexto, vale reforçar o caráter continuado conferido ao Plano Nacional, com previstas atualizações periódicas, decorrentes de possíveis mudanças de rumo, incorporação do progresso ocorrido, bem como de novas perspectivas, decisões e aprimoramentos que se fizerem necessários. Para tanto, serão estabelecidos mecanismos de acompanhamento e avaliação de desempenho da implementação do PNRH, por intermédio da construção de um conjunto de indicadores específicos.

Assim, deverá ser estabelecido um programa de monitoramento e avaliação da eficiência e eficácia na implementação do PNRH, que permita mensurar os reflexos dessa implementação, mediante um conjunto de indicadores, referenciados aos objetivos estratégicos pretendidos com o Plano. Esses indicadores, sempre que possível, deverão ser traduzidos em termos numéricos, devendo demonstrar entre outros aspectos, a melhoria da oferta de água em qualidade em quantidade, a redução do quadro atual de degradação das águas e da qualidade de vida das populações e o funcionamento do SINGREH.

Nesse contexto, cabe resgatar os conceitos apresentados no trabalho desenvolvido por Boson e Chagas (2004) para a SRH/OEA, no que diz respeito a indicadores para a implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil. Esse trabalho ressalta que os indicadores são instrumentos de fácil compreensão, aplicação e leitura, podendo dar respostas diretas e rápidas quanto ao desenvolvimento de cada meta proposta no âmbito do Plano.

Cabe, ainda, resgatar os conceitos desenvolvidos por Guillermo O'Donnell (citado por Boson e Chagas, 2004), em seu artigo “*Accountability Horizontal: La Institucionalización Legal de la Desconfianza Política*”. A proposta é que as bases para a construção de indicadores de avaliação e acompanhamento do PNRH sejam construídas para uma avaliação e um acompanhamento em duas formas distintas, ou em dois grandes grupos: (i) accountability vertical, que trata de um controle formal do Plano, com indicadores capazes de aferir o atendimento dos objetivos e metas contidas nos Programas do PNRH e; (ii) accountability horizontal, que trata do controle social do Plano, não só no sentido de aferir o alcance de benefícios mensuráveis.

Na construção desses indicadores serão considerados os esforços, nesse sentido, em andamento na Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais do PNRH, além das experiências de sucesso na definição de indicadores em outros planos e programas já implantados.

ATUALIZAÇÕES DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Dada a característica de processo incorporada ao PNRH e tendo como base os resultados dos estudos dos indicadores, deverão ser previstas atualizações periódicas, decorrentes das necessidades de aperfeiçoamento, mudanças de rumo, entre outros aspectos já mencionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse item apresentará as considerações finais sobre os programas estabelecidos no âmbito do PNRH, indicando sua inter-relação com alcance dos objetivos estratégicos pretendidos e, conseqüência, com a solução dos problemas identificados e com a superação dos desafios diagnosticados.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, 2005. **Caderno de Recursos Hídricos-Proposta de Programas e Ações**. Brasília.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. CHAGAS D. Coelho, M. Fátima, 2005. **Uma Proposta Preliminar para Definição dos Limites de Abrangência do Escopo do Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Brasília..

CHAGAS D. Coelho, M. Fátima, Boson, Patrícia H. G., 2004. **Projeto de Apoio à Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca-PAN-BRASIL**. SRH/OEA. Brasília.

LOBATO da Costa, F. J., CHAGAS D. Coelho, M. Fátima, SOLLERO, Victória T., 2001. **Termos de Referência para Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais**. IGAM, PROAGUA Semi-árido. Belo Horizonte.

TUCCI, C. E. M., 2001. **Apreciação do PNRH e visão prospectiva dos programas e ações**. Documento de apoio às ações de planejamento da Agência Nacional de Águas - ANA. Brasília.

ANEXO

**DISPOSITIVOS LEGAIS E O PLANO NACIONAL DE
RECURSOS HÍDRICOS**

DISPOSITIVOS LEGAIS E O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Os dispositivos legais apresentados no Quadro em seqüência abaixo estão relacionados à competência do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH em implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos (art. 32, Lei 9.433/97), destacando a competência da Agência Nacional de Águas em implementá-la na sua esfera de atribuições (art. 3º, Lei 9.984/00,). Destaca-se, ainda, que a sua atuação, além de obedecer aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SINGREH (art. 4º, Lei 9.984/00,)

O CNRH, instância máxima colegiada do SINGREH, além de acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, possui um conjunto de competências de ordem política e estratégica no campo dos recursos hídricos, dispostas no art. 35 da Lei nº 9.433/97, voltadas para: a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e de setores usuários; o estabelecimento de diretrizes para a implementação da Política Nacional, aplicação dos instrumentos da Política e atuação do SINGREH; a aprovação de propostas para criação de comitês de bacias hidrográficas; a função de árbitro de conflitos entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; a deliberação sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados, entre outras competências.

Já a Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, além de exercer as atribuições de Secretaria Executiva do CNRH, daí as suas competências estarem estreitamente relacionadas a esse Conselho, possui atribuições de propor a formulação da Política Nacional dos Recursos Hídricos, bem como acompanhar e monitorar sua implementação, nos termos da [Lei nº 9.433/1997](#) e da [Lei nº 9.984/00](#) (Decreto 4.755 de 20 de junho de 2003). À SRH compete, ainda, coordenar a elaboração e auxiliar no acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, além da integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, entre outras atribuições.

A Lei 9.433/97 estabelece, ainda, em seu art. 6º, que os Planos de Recursos Hídricos visam fundamentar e orientar a implementação da Política e que seu conteúdo mínimo além de definir condicionantes referentes à aplicação dos instrumentos da outorga e da cobrança, deve contemplar o estabelecimento de metas de racionalização de uso, de aumento da quantidade e de melhoria da qualidade dos recursos hídricos, bem como a proposição de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, entre outros aspectos.

Quadro - Dispositivos legais e o PNRH

N o	Dispositivo Legal	Cenário	Diretriz PNRH	Meta PNRH	Programa PNRH	Outros	SINGREH / Instrumentos	<i>Sinergia</i>
1	Os Planos de Recursos Hídricos visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos (Lei 9.433/97, Art. 6º)					Objetivos dos Planos de Recursos Hídricos	Arranjo para implementação do Plano / todos	
2	Os planos deverão analisar as alternativas de crescimento demográfico, de evolução das atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo (Lei 9.433/97, Art. 7º, II)	X						
3	Balanço entre disponibilidade e demandas futuras, em quantidade e qualidade, identificando potenciais conflitos (Lei 9.433/97, Art. 7º, III)	X						Item 3
4	Os planos deverão definir metas de racionalização de uso (Lei 9.433/97, Art.7º, IV)	X		X			Usuários da água / enquadramento, outorga, cobrança	
5	Os planos devem definir metas de aumento de quantidade (Lei 9.433/97, Art. 7º, IV)	X		X			Órgãos públicos do SINGREH / Enquadramento e Planos	Resolução CNRH Nº 12 (não prevê quantidade)
6	Os planos devem definir metas de melhoria da qualidade (Lei 9.433/97, Art. 7º, IV)	X		X			Agências de Águas, Comitês, Conselhos / Enquadramento e Planos.	Resolução CONAMA No 357/2005. Resolução CNRH No 12.
7	Os planos devem definir medidas, programas e projetos para atender as metas (Lei 9.433, Art. 7º, V)				X		SINGREH / todos	

Nº	Dispositivo Legal	Cenário	Diretriz PNRH	Meta PNRH	Programa PNRH	Outros	SINGREH / Instrumentos	<i>Sinergia</i>
8	Os planos devem definir as prioridades para outorga (Lei 9.433/97, Art. 7º, VIII)		X				Autoridade outorgante, Comitês, Conselhos / outorga, enquadramento e planos.	Itens 5, 6 , 7 e 15. Resoluções CNRH 16, 29 e 37. Resolução CONAMA No 357/2005. Prioridades de Uso dos Planos, Plano Nacional de Viação, Plano de Utilização da Água para as Atividades Minerarias, Declaração de Reserva de Disponibilidad e Hídrica (Lei 9.984/00, Art 7º).
9	Os planos devem definir as diretrizes e critérios para cobrança (Lei 9.433/97, Art. 7º, IX)		X				Agências de Águas ou entidades delegatárias, Colegiados / Cobrança, Planos	Resoluções CNRH Nos. 19, 27 e 35. Estudos em curso na CTCOB.
10	Os planos devem propor a criação de áreas sujeitas a restrição de uso com vistas à proteção dos recursos hídricos (Lei 9.433/97, Art. 7º, X)		X		X			Lei 9.985/2000 (Art 4º. Inciso VIII), PDOTs Municipais, Código Florestal, SNUC, ZEE

N o	Dispositivo Legal	Cenário	Diretriz PNRH	Meta PNRH	Programa PNRH	Outros	SINGREH / Instrumentos	<i>Sinergia</i>
11	Planos devem ser elaborados por bacia, estado e País (Lei 9.433/97, Art. 8º)						CNRH, CERH, Comitês, Agências de Águas / Planos	Planos de Recursos Hídricos elaborados
1 2	A outorga para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao PNRH, obedecida a disciplina da legislação setorial específica (Lei 9.433/97, Art. 12, III, § 2º)		X				Setor de Geração de Energia Elétrica, autoridade outorgante / Outorga, Planos.	Itens 9 e 15. Planos de Recursos Hídricos elaborados. Quanto ao setor de geração: Planejamento de Longo Prazo (20 anos), Plano Decenal de Expansão, Inventário do Potencial Hidrelétrico, Macro localização de Usinas Termelétricas, Fontes Alternativas, Planejamento da Transmissão, Inventário Sócio-Ambiental e Avaliação Ambiental Integrada.

Nº	Dispositivo Legal	Cenário	Diretriz PNRH	Meta PNRH	Programa PNRH	Outros	SINGREH / Instrumentos	<i>Sinergia</i>
13	Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos e deverá respeitar o enquadramento e a manutenção de condições ao transporte aquaviário, quando for o caso (Lei 9.433/97, Art. 13)		X				Autoridade outorgante, CNRH, CERH, Comitês, Setor de Transporte Aquaviário / Outorga, Enquadramento, Planos	Itens 9 e 15. Plano Nacional de Viação, Planos de Recursos Hídricos elaborados.
14	A outorga deverá preservar o uso múltiplo dos recursos hídricos (Lei 9.433/97, Art. 13, Parágrafo único)		X				Autoridade outorgante, CNRH, CERH, Comitês / Outorga, Planos	Item 9. Planos Setoriais
15	A outorga poderá ser suspensa para o caso de necessidade de prevenir ou reverter degradação ambiental, serem mantidas as características de navegabilidade, ... (Lei 9.433/97, Art. 15)		X					
16	A cobrança objetiva obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos Planos (Lei 9.433, Art. 19, III)				X		Colegiados, Agências de Águas / Cobrança, Planos	PPAs, LDO, LOA
17	É objetivo do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos fornecer subsídios para a elaboração dos Planos (Lei 9.433/97, Art. 27, III)		X		X		SINGREH, ANA / SNIRH, Planos	Resolução CNRH No 13
18	É objetivo do SINGREH, implementar a Política Nacional de RH (Lei 9.433/97, Art. 32, III) e é objetivo dos Planos fundamentar e orientar a implementação da Política (Lei 9.433/97, Art. 6º)		X		X		Competências institucionais para a implementação da Política, conforme fundamentado e orientado pelo PNRH / Planos	Resoluções CNRH, Instrumentos de gestão, Órgãos e instituições integrantes do SINGREH.

N o	Dispositivo Legal	Cenário	Diretriz PNRH	Meta PNRH	Programa PNRH	Outros	SINGREH / Instrumentos	<i>Sinergia</i>
19	Compete ao CNRH promover a articulação dos planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários elaborados pelas entidades que integram o SINGREH e formular a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.984/00, Art. 2º)						CNRH / Planos	Planejamento s nacional, regionais e setoriais
20	Compete à SRH propor a formulação da Política Nacional dos Recursos Hídricos, acompanhar e monitorar sua implementação e em especial: monitorar o funcionamento do SINGREH; promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental; coordenar a elaboração e auxiliar no acompanhamento da implementação do PNRH; promover a cooperação técnica e científica relacionada com a Política Nacional de Recursos Hídricos; promover, em articulação com órgãos e entidades estaduais, federais e internacionais, os estudos técnicos relacionados aos recursos hídricos e propor o encaminhamento de soluções; coordenar, em sua esfera de competência, a elaboração de planos, programas e projetos nacionais, referentes a águas subterrâneas, e monitorar o desenvolvimento de suas ações; exercer a função de secretaria-executiva do CNRH; exercer a função de Ponto Focal Nacional da "Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação (art.11, anexo I, Decreto 4.755/03)						SRH e CNRH/ Todos os instrumentos	SINGREH/SIS NAMA
21	Compete à ANA implementar a Política, na sua esfera de atribuições (Lei 9.984/00, Art. 3º)						ANA / Todos os instrumentos	SINGREH/Política Nacional de Recursos Hídricos

Nº	Dispositivo Legal	Cenário	Diretriz PNRH	Meta PNRH	Programa PNRH	Outros	SINGREH / Instrumentos	<i>Sinergia</i>
22	Compete ao CNRH acompanhar a execução e aprovar o PNRH e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas (Lei 9.433/97, Art. 35, IX)						CNRH, Elaboradores do PNRH / PNRH	PNRH
23	Enquanto não estiver aprovado e regulamentado o PNRH, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica (Lei 9.433/97, Art. 52)		X				CNRH, Elaboradores PNRH, Setor de Geração de Energia Elétrica / PNRH	Item 13
24	A ANA poderá emitir outorgas preventivas, com a finalidade de declarar a disponibilidade de água para usos requeridos (Lei 9.984/00, Art. 6º), observadas as prioridades de usos estabelecidas no Planos (Lei 9.433/97, Art. 13)		X				ANA, CNRH, CERH, Comitês, Setor de Transporte Aquaviário, Setor de Geração de Energia, demais Setores Usuários / Planos, Enquadramento, Outorga	Itens 13, 14, 15 e 16
25	Para licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia hidráulica em corpos de água de domínio da União, a ANEEL deverá promover junto à ANA a prévia obtenção de <i>Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica</i> (Lei 9.984/00, Art. 7º). A mencionada <i>Declaração</i> obedecerá às prioridades de usos estabelecidas nos Planos (Lei 9.984/00, Art. 7º, § 3º)		X				ANA, CNRH, CERH, Comitês, Setor de Transporte Aquaviário, Setor de Geração de Energia, demais Setores Usuários / Planos, Enquadramento, Outorga	Itens 13, 14, 15 e 16
26	Os Planos deverão considerar as outorgas existentes e recomendar às autoridades outorgantes a realização de ajustes e adaptações nos respectivos atos, quando for o caso (Resolução CNRH No 16, Art. 14)		X		X		Autoridades outorgantes / Outorga e Planos	Item 9